



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Aos

Trabalhadores da Assistência Social

Nota da Presidência

Prezados amigos e amigas trabalhadores da Política de Assistência Social

Como é de vosso conhecimento, o Conselho Nacional de Assistência Social, ao cumprir suas funções legais e políticas, tem se colocado não apenas como agente responsável pela fiscalização da política pública de assistência social, mas também como parceiro privilegiado do conjunto de atores que a compõem, no sentido de implementar o SUAS como direito do cidadão brasileiro e responsabilidade pública partilhada entre Estado e sociedade civil.

Nesse sentido, encaminhou uma das disposições da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB/RH que consiste em definir as categorias profissionais de referência para o SUAS por meio de um amplo debate com a sociedade brasileira pautado pelo protagonismo dos trabalhadores do Sistema. Para isso tem se articulado de modo cooperativo e parceiro com o Fórum Nacional de Trabalhadores do SUAS.

De forma a contribuir com a construção do processo de debate o CNAS mobilizou representantes do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS, representantes dos trabalhadores com acento nos conselhos estaduais, representantes dos trabalhadores dos conselhos municipais das capitais, além de dirigentes de entidades nacionais representativas de categorias identificadas como presentes no SUAS, segundo dados do Censo de 2008.

Este grupo, denominado de grupo de articuladores regionais, reuniu-se no dia 31 de agosto em Brasília com o objetivo de debater e subsidiar a construção de encontros regionais com trabalhadores e outros atores do Sistema, bem como constituir-se como

um grupo de referência para interlocução entre o CNAS e as instâncias regionais de organização dos trabalhadores do Sistema.

Em paralelo a isso, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome trabalhou no sentido de garantir a estrutura necessária para apoiar o Conselho Nacional, tanto no que se refere à propositura de conteúdo programático, construído a partir do acúmulo e dos avanços obtidos na gestão do SUAS e na gestão do trabalho no SUAS, quanto ao que tange à construção de termo de referência para a viabilização de um Encontro Nacional com os trabalhadores que se constituísse como momento síntese dos encontros regionais.

O debate proposto visava considerar particularidades e especificidades regionais da gestão do trabalho no SUAS, bem como propor uma unidade nacional na reflexão sobre as necessidades e requisições do Sistema no que tange a perfis, competências, habilidades e técnicas profissionais.

Tal estratégia foi construída com o intuito de superar proposituras particularistas e corporativistas que poderiam surgir colocando em risco tanto a unidade conceitual do Sistema, quanto o fortalecimento da própria luta dos trabalhadores.

Ocorre que, por se tratar de processo inédito na história da política pública de assistência social, um conjunto de expectativas decorrentes do represamento histórico das demandas dos trabalhadores, foi levantado, de modo heterogêneo, nas discussões regionais que antecederiam o Encontro Nacional.

Ouvindo atentamente e acatando, sempre que possível, as demandas provenientes da organização dos trabalhadores do SUAS, em processo de constituição e de consolidação, o CNAS, em estreita articulação com o MDS, pôs-se a envidar esforços para atendê-las, em especial aquelas demandas relativas à democratização do acesso ao debate através da criação de condições objetivas (materiais e institucionais) para participação dos trabalhadores.

Em virtude do tempo exíguo para solucionar as demandas operacionais para a realização do Encontro Nacional por meio de processo licitatório, o MDS encontrou a alternativa de aderir a uma Ata de Registro de Preço gerenciada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o que possibilitaria equacionar a questão do tempo não existente para a realização de licitação.

Embora a Ata referida viabilizasse o Encontro Nacional com a infra-estrutura necessária e adequada ao evento, ele não aconteceria na cidade de Belo Horizonte, mas sim no município de Caetés, região metropolitana de Belo Horizonte, e, seria ainda

possível custear despesas com alimentação e hospedagem dos participantes, afinal, o Hotel Fazenda Tauá (local reservado para o evento) está localizado em local distante da área urbana mais próxima.

Deste modo, o CNAS avaliou como positiva a alteração do local de realização do evento, pois seria um grande ganho para estímulo à participação, visto que tivemos sempre por feedback nos regionais a grande dificuldade das entidades para custear a participação de seus representantes.

No último dia trinta de novembro, no entanto, fomos surpreendidos com a informação da não autorização do Ministério do Desenvolvimento Agrário para o destaque orçamentário feito pelo MDS naquela Ata de Registro de Preços, decorrentes de ajustes institucionais naquele Ministério.

Ficamos então no CNAS em meio a uma situação de total impossibilidade de readequação de estrutura operacional. Isto se dá pelo fato, de que se buscássemos qualquer outra estrutura para viabilizar o evento teríamos apenas três dias para operar, já que no período de 06 a 09 de dezembro, toda a equipe do CNAS estará envolvida com a operacionalização da Reunião Descentralizada e Ampliada, na cidade de Fortaleza / CE.

Vimos por meio deste documento, em um primeiro momento, manifestar nosso pesar pelos contratempos expostos, constatando o fato de que teremos que adiar a realização do Encontro Nacional. Tal decisão foi tomada após intensa avaliação da presidência junto aos conselheiros representantes dos trabalhadores neste CNAS.

Propomos, então, que realizemos o Encontro Nacional dos Trabalhadores da Assistência Social no **1º trimestre do próximo ano**, o que nos daria condições de retomar o processo organizativo de modo menos intempestivo.

Em continuidade ao modo democrático e participativo como temos construído as interlocuções do CNAS com os atores do SUAS e com a sociedade em geral, conversaremos sobre o assunto com os dirigentes das entidades envolvidas e pessoas de referência no processo para seguirmos construindo coletivamente os subsídios aos processos decisórios do SUAS.

Colocamo-nos à disposição para outros esclarecimentos, e desde já agradecemos a todos pelo apoio manifestado até aqui.